



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº	16707.000773/2002-49
Recurso nº	253.828 Voluntário
Acórdão nº	3302-00.722 – 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de	09 de dezembro de 2010
Matéria	PIS - Restituição
Recorrente	SALINA DIAMANTE BRANCO LTDA.
Recorrida	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Período de apuração: 01/01/1997 a 31/10/2001

PIS. MULTA DE MORA. RECOLHIMENTOS ESPONTÂNEOS.
DENÚNCIA ESPONTÂNEA.

A denúncia espontânea não abrange a exclusão da multa de mora, devida em função do pagamento efetuado fora do prazo legal.

Recurso Voluntário Negado

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do relator. Vencidos os Conselheiros Fabiola Cassiano Keramidas e Alexandre Gomes.

(ASSINADO DIGITALMENTE)

Walber José da Silva - Presidente

(ASSINADO DIGITALMENTE)

José Antonio Francisco - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros José Antônio Francisco, Fabiola Cassiano Keramidas, Alan Fialho Gandra, Alexandre Gomes e Gileno Guião Barreto.

Relatório

Trata-se de recurso voluntário (fls. 97 a 117) apresentado em 26 de dezembro de 2007 contra o Acórdão nº 11-20.673, de 29 de outubro de 2007, da 2ª Turma da DRJ/REC (fls. 88 a 94), cientificado em 29 de novembro de 2007 e que, relativamente a pedido de restituição apresentado pela Interessada em 20 de março de 2002, quanto ao PIS dos períodos de janeiro de 1997 a outubro de 2001, indeferiu a solicitação da Interessada, nos termos da sentença, a seguir reproduzida:

ASSUNTO CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Período de apuração: 01/01/1997 a 31/10/2001

TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO RECOLHIDO COM ATRASO DENÚNCIA ESPONTÂNEA - NÃO-CARACTERIZAÇÃO INCIDÊNCIA DA MULTA MORATÓRIA

Em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, declarado pelo contribuinte e recolhido com atraso, descebe o benefício da denúncia espontânea

INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS

Não se encontra abrangida pela competência da autoridade tributária administrativa a apreciação da constitucionalidade das leis, vez que neste juízo os dispositivos legais se presumem revestidos do caráter de validade e eficácia, não cabendo, pois, na hipótese negar-lhe execução

DECISÕES JUDICIAIS EFEITOS

A extensão dos efeitos das decisões judiciais, no âmbito da Secretaria da Receita Federal, possui como pressuposto a existência de decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal acerca da constitucionalidade da lei que esteja em litígio e, ainda assim, desde que seja editado ato específico do S. Secretário da Receita Federal nesse sentido. Não estando enquadradas nesta hipótese, as sentenças judiciais só produzem efeitos para as partes entre as quais são dadas, não beneficiando nem prejudicando terceiros.

Solicitação indeferida

O pedido foi inicialmente indeferido pelo despacho decisório de fls. 48 a 56, em 07 de março de 2007.

A DRJ assim relatou o litígio:

A contribuinte acima identificada, solicita, no presente processo, a Restituição de valores referentes a multa de mora incidente sobre recolhimentos da Contribuição para o PIS/PASEP, efetuados após os prazos de vencimento, no período de 1997 a 2001.

Fundamenta o seu pedido nas seguintes razões, em síntese

Requerendo, segundo o de fato da fls. 10/01, por José Antônio Graciliano da Cunha, que o Juiz de Direito da 2ª Turma, indeferir a fundamentação da fls. 20/01, por ADSP, intitulado FREDERICO GONÇALVES, que fundamenta o seu pedido de restituição de valores referentes a multa de mora incidente sobre recolhimentos da Contribuição para o PIS/PASEP, efetuados após os prazos de vencimento, no período de 1997 a 2001.

I- efetuou os seus pagamentos da contribuição do PIS anteriormente à instauração de qualquer procedimento administrativo ou ação fiscal, configurando-se, assim, o instituto da denúncia espontânea e, sendo assim, é beneficiária da isenção (sic) das multas tanto punitiva quanto moratória,

II- cita como fundamento para o seu pleito o art 138 do Código Tributário Nacional, bem como jurisprudência administrativa do Superior Tribunal de Justiça.

III- elabora planilha na qual demonstra os valores recolhidos a título de multa de mora e junta cópias dos Daisf de recolhimento correspondentes

Na apreciação pelo Delegado da Receita Federal em Natal-RN, foi proferido o Despacho Decisório de fls 48/56 , no qual foi indeferido o pleito da contribuinte, tendo como base o art 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e na conclusão de que o pagamento extemporâneo de tributos não enseja a aplicação da multa infraacional ou punitiva, mas a de caráter moratório ou indenizatório, destinada da intenção de punir o sujeito passivo, mas com o objetivo de reparar dano causado pela demora do pagamento e que o art 138 do CTN não autoriza a interpretação de que é indevido o pagamento da multa moratória exigida pois esta não se reveste da natureza de penalidade por infração à legislação tributária, não se confundindo, pois, com a multa de ofício. está sim, de caráter punitivo

Acrescenta ainda, aquela autoridade administrativa que, no que se refere ao pedido de compensação formulado pela contribuinte, tendo como crédito o valor da restituição requerida, não há como deferi-la, em virtude da falta de liquidez do crédito referenciado

Cientificada do referido despacho decisório, a contribuinte, através de seus procuradores, assim constituídos pelo instrumento de procuração de fl 13, apresentou a manifestação de inconformidade de fls 60/73, com as seguintes argumentações, em síntese

I- que a decisão proferida pela DRF - Natal foi baseada no argumento, em síntese, de que a multa moratória possui natureza indenizatória, sendo, portanto, devida no caso de denúncia espontânea.

II- que tal entendimento não pode prosperar e não pode ser visto de fundamento para o indeferimento do seu pedido de restituição, tendo em vista o art 138 do CTN que determina que a responsabilidade tributária é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo depende de apuração, sendo certo que não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados à infração;

III- que dessa forma, atendidos os requisitos estabelecidos no dispositivo legal acima, exclui-se responsabilidade do sujeito passivo à legislação tributária e, ainda, a incidência sobre o recolhimento efetuado das multas penais aplicadas;

IV- que a multa moratória em questão, ao contrário do que entendem a autoridade recorrida, tem caráter punitivo e não meramente indenizatório e é imputada pela inadimplência de obrigação pecuniária no tempo previsto e nesse contexto, tem-se que o art 6º da Lei nº 9.430, de 1996, ao determinar a incidência da multa de mora nas hipóteses de recolhimentos extemporâneos de tributos e contribuições federais está, em realidade, aplicando uma verdadeira penalidade ao contribuinte que é impontual com suas obrigações tributárias;

V- no entanto, o art 138 do CTN determina que o contribuinte que deixou recolher tributo dentro do prazo legal do vencimento, sujeitando-se, portanto, à penalidade prevista no dispositivo legal acima mencionado, ao denunciar espontaneamente a infração tributária, elide a aplicação da respectiva penalidade (multa de mora) estipulada em lei;

VI- cito e transcreve doutrina sobre o assunto.

VII- requer, com base no exposto, que seja reformada in toto a decisão ora recorrida, a fim de que seja integralmente deferido o presente pedido de restituição se colocando à disposição da autoridade julgadora para qualquer esclarecimento ou apresentação de quaisquer documentos entendidos como necessários para a verificação dos fatos ora narrados.

No recurso, a Interessada alegou ter ocorrido a denúncia espontânea, nos termos de entendimentos doutrinários e jurisprudenciais citados.

É o relatório.

Voto

Conselheiro José Antonio Francisco, Relator

O recurso é tempestivo e satisfaz os demais requisitos de admissibilidade, dele devendo-se tomar conhecimento.

Trata-se de saber se a multa de mora seria inexigível em relação a pagamentos espontâneos (caracterização da denúncia espontânea) e de eventual aplicação da Súmula nº 360 do STJ:

Súmula nº 360

O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo (Rel Min Eliana Calmon, em 27/8/2008)

Esclareça-se, primeiramente, que a conclusão da mencionada súmula baseia-se no fato de que, se o sujeito passivo comunica à Receita Federal os valores devidos e se omite em relação ao recolhimento, a conduta não é condizente com a denúncia espontânea.

Obviamente, é possível que o recolhimento seja efetuado em primeiro lugar, deixando-se a apresentação da declaração ou sua retificação para um momento posterior.

Então, para aplicação da súmula, ter-se-ia que saber se a declaração em DCTF ocorreu anterior ou posteriormente ao pagamento com atraso.

Entretanto, a conduta de efetuar o pagamento sem declaração também não é lícita para caracterizar a denúncia espontânea, uma vez que não exclui o dever de apresentar a declaração.

Basta dizer que, segundo o art. 138 do CTN, a denúncia espontânea deve ser acompanhada, “se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora”, o que implica reconhecer que a denúncia espontânea tem um componente formal, que é a comunicação à autoridade fiscal do ilícito praticado.

Deduz-se tal conclusão da definição de denúncia, conforme o Dicionário Houaiss (<http://www.uol.com.br/houaiss>):

[...] ato verbal ou escrito pelo qual alguém leva ao conhecimento da autoridade competente um fato contrário à lei, à ordem pública ou a algum regulamento e suscetível de punição

Os efeitos atribuídos à denúncia espontânea têm a finalidade de incentivar a regularização da infração, antes que o fisco tenha conhecimento do ilícito.

Nesse contexto, discute-se se a multa de mora teria caráter punitivo ou não, de modo a incidir a norma do art. 138 do CTN.

Entretanto, a mora é irrecuperável, pois o dano causado ao erário pela falta de recolhimento não se desfaz pelo simples pagamento em atraso com juros de mora. Daí a necessidade de prevalência da multa de mora, ainda que o sujeito passivo tenha efetuado o recolhimento antes da cobrança.

Em todo caso, esclareça-se que a Interessada, em seu recurso, confirma a existência de declaração dos débitos em DCTF, conforme a seguir reproduzido:

De todo modo, em homenagem ao princípio da eventualidade, cumpre esclarecer que o fato de os respectivos débitos de Contribuição ao PIS terem sido devidamente informados nas respectivas Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTFs, não afasta a configuração da denúncia espontânea

Portanto, resta clara a aplicação da mencionada súmula ao caso dos autos, ainda que, conforme fundamentação acima exposta, não se concorde, no presente voto, com a inexigência da multa no caso de omissão de declaração.

À vista do exposto, voto por negar provimento ao recurso.

10100

Sala das Sessões, 09 de dezembro de 2010

(ASSINADO DIGITALMENTE)

José Antonio Francisco